

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.641.700 - SC (2019/0377581-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
AGRAVADO : ERNANI LANGE DE S THIAGO
AGRAVADO : ERNESTO VAHL FILHO
AGRAVADO : FERNANDO OSCAR RUTTKAY PEREIRA
ADVOGADOS : PEDRO MAURÍCIO PITA DA SILVA MACHADO - RS024372
LUCIANO CARVALHO DA CUNHA - RS036327
BRENDALI TABILE FURLAN - RS061812
LÉON HENRIQUE BERLATTO FÃO FISCHER - RS092518

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVA E AÇÃO INDIVIDUAL LITISPENDÊNCIA/COISA JULGADA NÃO CONFIGURADA SERVIDOR PÚBLICO PAGAMENTO DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL POSTERIORMENTE REVOGADA VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR ERRO DA ADMINISTRAÇÃO DEVOLUÇÃO

1. Embora os objetos das ações coletiva e individual estejam imbricados, o art. 104 da Lei n.º 8.078, de 1990, dispõe que As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais. Em caso de improcedência de demanda coletiva que veicula tutela de direitos individuais homogêneos, haverá formação da coisa julgada material para os legitimados coletivos reproduzirem a demanda, mas, em regra, não impede a propositura de ação individual.

2. Em relação aos pagamentos efetuados após a cessação da eficácia da decisão judicial que os amparava (mandado de segurança coletivo), o recebimento de tais valores - de natureza alimentar - decorreu de erro operacional da Administração, não tendo o(s) autor(es) concorrido para o equívoco cometido. Logo, são irrepetíveis, em virtude da presunção de boa-fé. Relativamente ao período de 17/07/2001 a 09/08/2002, os pagamentos ditos "indevidos" foram realizados, por força de liminar, posteriormente revogada, e, em tais casos, é inexigível a devolução dos valores recebidos, na esteira da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022, I e II, do CPC, no que concerne à nulidade do acórdão em razão de negativa de prestação jurisdicional, e traz o(s) seguinte(s) argumento(s):

Especificamente, o Tribunal a quo se negou a analisar as omissões/contradições havidas no julgamento, especialmente em relação a necessidade de reconhecimento de litispendência/coisa julgada frente a matéria ora em debate, dado os contornos de pagamento e determinação expressa de restituição de valores precários percebidos a título de URP/89 fixados através do MSC nº 2001.34.00.020574-8, bem como quanto ao tratamento adequado que deve ser conferido ao pagamento de valores a título precário (liminares e antecipações de tutela), que comportaria no necessário retorno ao status quo anterior.

Pondera-se que os embargos de declaração foram interpostos exatamente para elucidar as questões, visando buscar uma clara resposta jurisdicional acerca da matéria aduzida nos mesmos, sendo que se manteve a negativa em sanear as omissões/contradições havidas na apreciação do recurso interposto anteriormente.

Denota-se, portanto, que o julgamento dos embargos configurou uma negativa da prestação jurisdicional, pois recusou às partes a solução de uma questão adequadamente colocada. (fls. 776).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 300, 302, 337, § 1º e 3º, 485, V, 502 e 503, todos do CPC; dos arts. 876, 884 e 885 do CC; dos arts. 53 e 54 da Lei n. 9.784/99; e dos arts. 46, § 3º, e 114 da Lei n. 8.112/90, no que concerne à necessidade de ressarcimento dos valores pagos indevidamente, e traz os seguintes argumentos:

Na decisão ora recorrida, o Tribunal recorrido refuta tal argumento, COM A ADMISSÃO DA POSSIBILIDADE DE COEXISTÊNCIA DE AÇÕES INDIVIDUAL E COLETIVA, de modo a indicar que a decisão (de devolução de valores!) não seria aplicável em desfavor da parte autora.

O Acórdão ora recorrido, ao fundamentar a irrepetibilidade dos valores pelo fundamento de que não teria ocorrido suspensão da ação individual, acaba por deturpar o instituto da litispendência em matéria de ações coletivas, uma vez que a fruição da tutela coletiva ocorreu pela parte autora de forma certa e acabada, não podendo se valer de parte dos seus efeitos jurídicos, QUAIS SEJAM, o pagamento de valores relativos a diferenças de URP/89, por força de liminar, MAS, DE OUTRA PARTE, não sofrer os efeitos jurídicos decorrentes de sua revogação, inclusive com a devolução foram percebidos por decisão judicial em cognição exauriente.

[...]

É evidente que a parte autora optou pelos efeitos da tutela coletiva, desde o início, não sendo crível que, após se valha do disposto no art. 104 do CDC, de forma imprópria, para afirmar que não existe litispendência/coisa julgada em seu desfavor, quando, também em cognição exauriente, existe comando judicial expresso à reposição ao erário dos valores controvertidos.

Cabível, assim, o reconhecimento da prefacial de litispendência/coisa julgada, posto que ambas as decisões judiciais proferidas no MSC nº 2001.34.00.020574-8 devem ser consideradas e não apenas os efeitos positivos da fruição de valores (liminar deferida) e observadas em seus respectivos limites temporais: legalidade dos pagamentos até a propositura do Mandado de Segurança coletivo e repetibilidade dos valores a partir de então (tutela revogada).

Assim, há de prevalecer os efeitos da coisa julgada autorizando a reposição ao erário dos valores percebidos entre 2001 e 2007.

Assim, o pedido deduzido pela parte recorrida no presente processo, no caso, abstenção da UFSC em efetuar qualquer desconto referentes ao recebimento da rubrica "URP" no período de julho de 2001 a dezembro de 2007, encontra óbice na coisa julgada formada nesse mandado de segurança coletivo, processo que garantiu à autarquia recorrente o direito de cobrar dos substituídos os valores recebidos a partir de 17/07/2001, conforme decidido pelo TRF1, e independentemente de abertura de processo administrativo, conforme fixado pelo Superior Tribunal de Justiça quando do julgamento do Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial nº 169.867- DF. (fls. 777/778).

No caso em exame, o que se infere é a certeza de que está-se diante de decisão judicial transitada em julgado com expresse comando relacionado com a reposição ao erário de valores percebidos a título de tutela antecipada posteriormente revogada, sem que se tenha notícia de sua rescisão, sendo que não é crível afastar seus efeitos da esfera patrimonial da parte autora, que até então se valia da tutela coletiva para ?ns de perceber valores precários, mas agora se protege de seus efeitos negativos, com a revogação da tutela antecipada, sob o argumento de que haveria discussão em demanda individual apta a ensejar na isenção a devolução de valores.

Assim, aplicável a norma legal que indica a necessidade de reposição de valores percebidos a maior e de forma indevida. O fato resta positivado, mutatis mutandis, na atual redação do artigo 46 da Lei n. 8.112/90, cujo § 3, com a redação dada pela MP 2.225-45/01, elenca a hipótese de reposição ao erário de valores percebidos por força de decisão judicial revogada ou rescindida. Assim, há expresse comando legal a fundamentar a propositura da ação e a procedência do pedido, in verbis: (fl. 783)

Destarte, venia concessa, cabível o reconhecimento da alegação de litispendência/coisa julgada, com base nos fundamentos acima elencados, dado que presente afronta da Corte Regional à decisão do STJ a permitir a reposição ao erário, sendo que a rejeição de aplicação de tais institutos resulta em violação ao artigo 337, §§ 1º e 3º, e ao artigo 485, inc. V do CPC. (fl. 784)

Ora, Excelências, não há como se obstar procedimento de restituição de valores percebidos por meio de liminar/tutela revogada que é natural e inerente ao devido processo legal que condiciona o deferimento de tutelas provisórias a sua reversibilidade, nos termos do art. 5º, inc. LIV e LV, da Constituição Federal, o que será objeto de recurso extraordinário encartado juntamente com o presente especial, mas que igualmente viola dispositivos legais pertinentes ao gozo de decisões precárias e a necessidade de restituição de valores, quando revogadas.

A possibilidade de restituição ao erário de valores recebidos em sede

de antecipação de tutela/liminar posteriormente revogada, referentes ao período de junho de 2001 a dezembro de 2007, decorre do simples fato de a parcela ter sido paga por força da decisão judicial proferida nos autos do MS 2001.34.00.0020574-8, posteriormente revogada.

Importante reforçar que não se trata de ressarcimento de valores recebidos de boa-fé por erro da Administração, conforme concluiu o TRF4, mas sim de ressarcimento de parcelas de URP/89 pagas pela UFSC em razão da decisão judicial precária posteriormente alterada. A percepção por tal fundamento se deu de forma contínua entre 2001 e 2007 a tal título, não havendo qualquer decisão administrativa que indicasse o pagamento por outro motivo que não a decisão proferida em sede de mandado de segurança coletivo. (fl. 785)

Por fim, gize-se que eventual permanência dos valores pagos de forma indevida, no patrimônio da referida recorrida, contrariaria, inclusive, o princípio de proibição de enriquecimento sem justa causa, afrontando, inclusive, aos artigos 876, 884 e 885 do CC.

Logo, é de se ter por legítimo o procedimento adotado pela UFSC em promover o ressarcimento daquilo que pagou a maior para a parte autora, em período de gozo de tutela antecipada, posteriormente revogada, considerando que no mesmo feito em que ocorreu tal percepção, existe determinação judicial expressa de devolução dos valores percebidos. (fl. 789)

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe de 23/3/2018 e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1.491.187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, julgado em 7/3/2018, DJe de 23/3/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

No âmbito do e. Superior Tribunal de Justiça, não houve a análise da questão da devolução de tais valores, tendo sido apreciada somente a legalidade da supressão da URP, com o reconhecimento da irrepetibilidade das importâncias adimplidas, em virtude da decisão trabalhista (único provimento judicial transitado em julgado até então). Foi negado provimento aos agravos interpostos pela União e pelo Sindicato e, posteriormente, aos embargos de declaração opostos pelo ANDES.

Remetidos os autos ao e. Supremo Tribunal Federal, foi negado seguimento ao recurso extraordinário interposto pelo ANDES (ARE

1.091.811/DF) e, após a interposição de agravo regimental, que restou improvido, operou-se o trânsito em julgado em 22/08/2018.

Diante desse contexto, não há se falar em litispendência ou coisa julgada, porque:

(a) embora os objetos das ações coletiva e individual estejam imbricados, o art. 104 da Lei n.º 8.078, de 1990, dispõe que As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais;

(b) em caso de improcedência da demanda coletiva que veicula a tutela de direitos individuais homogêneos, haverá formação da coisa julgada material para os legitimados coletivos reproduzirem a demanda, mas, em regra, não impede a propositura da ação individual, salvo nos casos de intervenção individual, conforme arts. 94 c/c 103, § 2º, CDC e 18, parágrafo único, CPC (BASTOS, Fabrício Bastos. Curso de Processo Coletivo. São Paulo:

Editora Foco, 2018, p. 385);

(c) as regras sobre litispendência e coisa julgada estão no art. 103 do CDC. Ali se estabelece, como regra geral, que a coisa julgada será erga omnes, mas somente em caso de procedência do pedido (inciso III). Em caso de improcedência, qualquer que seja a causa, "os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual" (§ 2º) (ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo, tutela de direitos coletivo e tutela coletiva de direitos. 7ª edição revista, atualizada e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 181);

(d) o(s) autor(es) ajuizou(ram) ação individual antes do trânsito em julgado da decisão (de improcedência) oriunda do mandado de segurança coletivo, o que denota o seu interesse em não se vincular(em) aos respectivos efeitos, ainda que tenha(m) sido, ab initio, beneficiado(s) pela liminar nela proferida, e (e) a existência de ação coletiva anterior não obsta o ajuizamento de ação individual (in casu, para assegurar a não devolução dos valores percebidos indevidamente). (fls. 662/663)

Assim, a alegada afronta ao art. 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque inócorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: REsp 1808357/SP, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 17/9/2019, DJe de 20/9/2019 e EDcl no AgInt no AREsp 1422337/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 9/9/2019, DJe de 12/9/2019 e AgInt no REsp 1780519/RO, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 25/6/2019, DJe de 28/6/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 126/STJ, uma vez que é imprescindível a interposição de recurso extraordinário quando o acórdão recorrido possui fundamento de natureza constitucional suficiente por si só para a manutenção da decisão.

Nesse sentido: “Existindo fundamento de índole constitucional, suficiente para a manutenção do acórdão recorrido, cabia à parte recorrente a interposição do imprescindível Recurso Extraordinário, de modo a desconstituí-lo. Ausente essa providência, o conhecimento do Especial esbarra no óbice da Súmula 126/STJ, segundo a qual 'É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário'. Precedentes do STJ” (AgInt no AREsp 1.288.579/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 821.329/PB, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 13/2/2019; AgInt nos EDcl no REsp 1.445.887/PR, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018; AgInt no AREsp 1316610/SC, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 6/12/2018; e AgRg no AREsp 800.057/RN, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 14/11/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 17 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente